

Sumário

Lista de Siglas e Abreviaturas	XI
Prefácio	1
Introdução: o problema	5
1. Evolução histórica e sistemas da integração dos negócios jurídicos	9
1.1. O Direito Romano	9
1.2. O Direito Medieval.....	11
1.3. O <i>Code Napoléon</i>	12
1.4. A experiência italiana.....	15
1.5. Os <i>Implied Terms</i> do Direito Inglês	18
1.5.1. A Teoria do negócio jurídico e o <i>Bürgerliches Gesetzbuch</i>	20
1.5.2. A integração no contexto da recepção portuguesa da Teoria do negócio jurídico	25
1.5.3. O estado da arte da integração no Direito Português.....	29
1.5.4. A interpretação complementadora	32
2. Bases metodológicas e filosóficas à compreensão da vontade hipotética na integração do negócio jurídico	35
2.1. Progresso social e regresso humano — o ser humano com seus dias contados	35

2.2. A desconstrução do padrão abstrato-normativo — a máxima abrangência de recorte possível, com ênfase de um particularismo filosófico a um particularismo jurídico.....	39
2.3. A dialética entre o “ser” e o “dever ser”	42
2.4. Por um estruturalismo jurídico humanista — quem tem medo do ser humano?	44
2.5. Recurso à riqueza dos dados concretos em particular — o Jurisprudencialismo Castanheiriano	45
2.6. Uma questão Hermenêutico-Normativa — Questão de Fato e Questão de Direito	47
2.7. A subsistência de uma categoria própria da integração — os contornos para a compreensão de uma definição técnica, residual e necessária de lacuna	56
2.8. A Vontade Hipotética como modalidade de proteção da Autonomia nos termos do Código Civil	60
3. O funcionamento da Vontade Hipotética como regra de Integração do Negócio Jurídico	63
3.1. A prevalência das Normas Dispositivas e Imperativas sobre a Vontade Hipotética.....	64
3.2. A relação entre Vontade Hipotética e Boa-fé — conceitos autônomos e independentes entre si	68
3.3. A Boa-fé como tutela do declaratório hipotético	71
3.4. A Vontade Hipotética como um problema de Prova Mediata	75
3.4.1. A prova e a verdade objetiva	80
3.4.2. As espécies de provas.....	83

3.4.3. Os ônus da prova.....	85
3.4.4. As presunções	86
3.4.5. Os elementos mediatos de prova da vontade hipotética	87
3.4.5.1. Elementos positivos e negativos à solução da integração.....	88
3.4.5.2. Elementos de repercussão efetiva e finalística à profundidade da cognição	90
3.4.5.3. Elementos com ou sem aderência interna à relação obrigacional complexa	93
3.4.5.4. Elementos com ou sem aderência intrínseca ao negócio jurídico.....	95
3.4.5.5. Elementos de relevância unilateral e não unilateral.....	96
3.4.5.6. Elementos anteriores e posteriores à conclusão do negócio.....	98
4. Delimitação objetiva negativa com figuras próximas.....	101
4.1. Redução equitativa da cláusula penal	102
4.2. Redução equitativa do sinal	104
4.3. Alteração das circunstâncias	105
4.4. Complementação de lacunas supervenientes	106
4.5. Normas dispositivas	107
5. Delimitação objetiva positiva — problemas gerais e especiais de regime da vontade hipotética	109
5.1. Problemas gerais de regime da vontade hipotética na integração do negócio jurídico	109
5.1.1. Na integração em sentido estrito.....	110

5.1.2. Na conversão do negócio jurídico.....	111
5.1.3. Na redução do negócio jurídico	115
5.1.4. Na modificação do negócio jurídico por vício incidental	118
5.2. Problemas especiais de regime da vontade hipotética na integração do negócio jurídico.....	121
5.2.1. No negócio jurídico formal.....	122
5.2.2. No negócio jurídico testamentário.....	125
5.2.3. No negócio jurídico gratuito	128
5.2.4. No negócio jurídico com cláusulas gerais	129
5.2.5. No negócio jurídico comercial	136
5.2.6. No ato constitutivo de sociedade.....	142
Conclusão — A solução.....	149
Súmulas.....	153
Bibliografia.....	169
Jurisprudência	175